



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

**Ata da Audiência Pública de Apresentação do Relatório Resumido de
Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal no 1º Quadrimestre de 2019**

Em 13 de novembro de 2019, às 9 horas, no Plenário Léo Franklin, sob a coordenação da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida em Audiência Pública de Apresentação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal de Imperatriz no 1º Quadrimestre de 2019. Neste ínterim, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, justificou a ausência do segundo-secretário dessa Comissão, Antonio Silva Pimentel, em virtude de problema de saúde. Logo depois, ao abrir os trabalhos, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, declarou aberta a Audiência Pública de Apresentação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal de Imperatriz no 1º Quadrimestre de 2019, momento em que convidou o primeiro-vice-presidente, Adhemar Alves de Freitas Júnior, a proceder à leitura do *Salmo 29 da Bíblia Sagrada*. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, solicitou ao primeiro-secretário, Adelino Oliveira Guimarães, que procedesse à leitura da relação dos diplomas e dispositivos legais que fundamentavam a Audiência Pública: artigos 165 e 166 da Constituição Federal, no Decreto Federal Nº 201/1967, nos artigos 56, 57 e 58 da Lei Complementar Federal Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos artigos 36 e 37 da Lei Complementar Federal Nº 141/2000, na Lei Estadual Nº 8.258/2005 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão), no parágrafo 5º do artigo 102 e os artigos 106 e 107 da Lei Orgânica do Município de Imperatriz e nos incisos IX e XI do artigo 76 e no inciso II do artigo 77 do Regimento Interno da Câmara Municipal. Na sequência, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, repassou a palavra ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, que, com o auxílio da projeção de dados por *data-show*, apresentou as receitas do financiamento da saúde provenientes da União, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Estado e do Município, assim como comparativo dessas receitas com as receitas auferidas no mesmo período do ano anterior, após o que apresentou as despesas correntes (pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes) e de capital (investimentos) nas várias áreas da assistência à saúde pública, bem como explanou os números quantitativos e financeiros relativos aos serviços e obras, assim como referentes aos programas de saúde e procedimentos diagnósticos e terapêuticos realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde - Semus, no primeiro quadrimestre do ano, incluindo-se os procedimentos executados sob regulação, auditoria e controle, na atenção básica, na assistência hospitalar e ambulatorial, no suporte profilático e terapêutico, na vigilância sanitária, na vigilância epidemiológica e na alimentação e nutrição, além de subfunções. Ao lembrar incêndio ocorrido no Hospital Municipal Infantil de Imperatriz, o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, enfatizou que essa unidade havia passado por reforma completa, de forma que fora munida de equipamentos de prevenção de incêndio, bem como de brigada anti-incêndio. Por fim, o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, concluiu que todas as ações e resultados



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

apresentados resultavam de trabalho realizado com amor e dedicação ao que se fazia na pasta que comandava. Instantes depois, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, abriu inscrições aos edis que pretendessem expor colocações e questionamentos, momento em que se inscreveram: José Arimatheia Pereira de Castro, Zesiel Ribeiro da Silva, Pedro Ferreira Gomes, Terezinha de Oliveira Santos, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Maria de Fátima Lima Avelino, Adelino Oliveira Guimarães, Manoel Conceição de Almeida, João Francisco Silva, Ricardo Seidel Guimarães, Aurélio Gomes da Silva e Amauri Alberto Pereira de Sousa. Ao se manifestar, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, apontou divergência entre o número de pacientes e acompanhantes do programa TFD [Tratamento Fora de Domicílio] e o montante gasto em passagens registrado, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, respondeu que o quociente entre o número de passagens e os valores gastos correspondia ao valor médio das passagens, a propósito do que acrescentou que se tratava de passagens de ida e volta. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, questionou a razão de aumento no valor gasto em passagens de um mês para outro, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, explicou que os valores variavam conforme a empresa e a ocasião em que as passagens eram adquiridas, se mais ou menos próximo das datas das viagens. Logo depois, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, perguntou quais eram os critérios adotados na definição da concessão de passagens terrestres ou áreas aos usuários do TFD, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, esclareceu que essa definição ficava a cargo de médico a serviço desse programa, conforme a necessidade do paciente. Nesta ocasião, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, lamentou delonga na expedição de passagem a paciente que precisava de cirurgia de transplante. A seguir, comentou que a Semus gastava na área da Saúde (29%) além do limite legal (15%) das receitas próprias estabelecido, mas fornecedores reclamavam de atraso em pagamentos da Prefeitura, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, explicou que não cobriam todas as altas despesas dessa pasta as verbas alocadas pelo Governo Federal, de modo que a Prefeitura precisa arcar com o *deficit* verificado. Em seguida, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, contou que tinha conhecimento de funcionários constantes da folha de pagamento que não exerciam função na Semus, a propósito do que recomendou auditoria na nomeação de servidores. Nesta oportunidade, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, indagou ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, as razões pelas quais vereadores eram barrados no acesso ao Hospital Municipal de Imperatriz - HMI, a propósito do que informou que a Câmara Municipal aprovara lei ordinária pela qual regulamentava o direito de livre acesso de edis aos órgãos públicos municipais. Ao retomar a palavra, o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, negou que houvesse ordem sua nesse sentido, mas hospitais adotavam regras próprias, em função da organização interna e da segu-



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

rança dos pacientes, as quais precisavam ser observadas. Ao se manifestar, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva perguntou se eram identificados os motivos de cancelamentos de procedimentos médicos por usuários, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, respondeu que nem todos os casos de cancelamento podiam ser identificados, visto que muitas demandas procediam de municípios vizinhos. Logo depois, o vereador Zesiel Ribeiro da Silva indagou qual critério a Semus adotava na distribuição de medicamentos aos postos de saúde, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, explicou que esse procedimento se dava conforme a população de cada bairro, após o que o edil Zesiel Ribeiro da Silva solicitou a este que enviasse à Câmara Municipal a relação de medicamentos distribuídos aos postos de saúde. Ao se pronunciar, o vereador Pedro Ferreira Gomes declarou que pudera constatar melhoria na qualidade do atendimento prestado no HMI, assim como na UPA [Unidade de Pronto Atendimento] municipal, após o que ressaltou que ainda era insuficiente o número de lençóis nos leitos do HMI, ao que o titular da pasta da saúde respondeu que essa carência estava sendo suprida. Ao se manifestar da Tribuna, a vereadora Terezinha de Oliveira Santos afirmou que, em cinco mandatos, jamais fora barrada em nenhum órgão público, a propósito do que declarou que era preciso saber chegar e sair de qualquer local, inclusive quando no exercício da atribuição de fiscalizar, momento em que frisou a relevância da ordem para o progresso. Nesta ocasião, a vereadora Terezinha de Oliveira Santos admitiu que de fato faltava *medicamentos em postos de saúde, por consequência da alta demanda, mas as faltas eventuais* podiam ser supridas em outros postos, após o que declarou que o HMI passara por melhorias consideráveis desde o início da atual gestão. Ao retoma a palavra, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimathea Pereira de Castro, comentou que o excesso de demanda no HMI poderia ser atendido pelo menos em parte pelo Hospital Macrorregional Dr^a Ruth Noleto, que matinha leitos ociosos por consequência de entrave burocrático, a propósito do que comunicou a intenção de realizar audiência pública com a participação das pastas da Saúde municipal e estadual para tratar dessa questão. Em nova intervenção, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimathea Pereira de Castro, lembrou que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, era urologista para perguntar que medidas vinham sendo adotadas para atender ao excedente de demanda de cirurgias de próstata, ao que este respondeu que esse procedimento vinha sendo realizado, mas, em virtude da elevação da expectativa de vida, persistia grande demanda reprimida, *razão pela qual o Município precisava da colaboração do Governo do Estado*. Ao se pronunciar, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior indagou ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, qual era a situação das cirurgias ortopédicas de alta complexidade realizadas pelo HMI e se havia a possibilidade de que o Município viesse a executar cirurgias ginecológicas, ao que este respondeu que as cirurgias de alta complexidade vinham sendo encaminhadas ao programa TFD, de forma que vinham sendo realizadas na Capital, após o que explicou que havia na cidade carência de ginecologistas, de modo que a execução de cirurgias ginecológicas se condicionava à realização do concurso público que vinha sendo levado a efeito pela Prefeitura. Logo depois, o edil Adhemar Alves de Freitas Júnior recomendou ao



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, que agendasse de antemão a audiência pública de Apresentação do Relatório Resumido da Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal de Imperatriz relativo ao 2º Quadrimestre de 2019, ao que este respondeu que o agendamento dependia da apreciação prévia desse relatório pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS. Em seguida, a vereadora Maria de Fátima Lima Avelino observou que muitos dos questionamentos dirigidos ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, não diziam respeito à prestação de contas objeto da Audiência Pública, após o que cumprimento o colega Pedro Ferreira Gomes pela postura judiciosa assumida em relação à questão enfocada. Por fim, a vereadora Maria de Fátima Lima Avelino ponderou que Imperatriz atendia a demanda por assistência médica pública de mais de quarenta municípios, de maneira que não seria possível suprir toda a demanda a contento, momento em que parabenizou o titular da pasta da saúde pelo desempenho no exercício do cargo. Nesta ocasião, o edil Adelino Oliveira Guimarães perguntou o que vinha sendo feito para suprir a carência de neurologistas no Município, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, respondeu que essa pasta contava com bom número desses especialistas, mas, como a demanda era alta, permanecia alguma insuficiência no atendimento prestado. Em seguida, o vereador Adelino Oliveira Guimarães indagou por que era longa a demora para a execução de cirurgias ortopédicas, ao que o titular da pasta da saúde esclareceu que *essa demora já havia sido bastante reduzida, visto que o HMI realizava sessenta desses procedimentos por semana, de forma que era Imperatriz um dos municípios brasileiros que mais realizava essas cirurgias, mas, como era altíssima, a demanda, persistia demanda reprimida*. Em nova intervenção, o edil Adelino Oliveira Guimarães questionou que providência vinha sendo adotada com vistas ao suprimento de medicamentos em falta no sistema municipal de saúde pública, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, explicou que alguns medicamentos em falta poderiam ser substituídos por similares, mas pacientes não aceitavam essa opção, a propósito do que comentou que muito onerava esse sistema a demanda de produtos farmacêuticos por meio de ordens judiciais. Ao voltar a fazer uso da palavra, o vereador Manoel Conceição de Almeida perguntou qual era o controle da Semus do número de exames requeridos por médicos a usuários do sistema municipal de saúde pública, uma vez que o dado constante do relatório apresentado implicava uma média de oito exames por paciente, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, respondeu que *esse procedimento era submetido a auditoria, mas era regular o número médio apontado*. Nesta oportunidade, o edil Manoel Conceição de Almeida solicitou ao titular da pasta da saúde que apresentasse, na audiência pública de prestação de contas do segundo quadrimestre, dados específicos sobre os atendimentos efetuados pela UPA do Parque São José no período anterior, ao que este respondeu que precisaria verificar junto ao presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, se seria apropriado apresentar dados de período posterior àquele objeto da prestação de contas. Em nova intervenção, o vereador Manoel Conceição de Almeida indagou se vinha sendo paga regularmente a locação da sede do HMI, ao que o titular da pasta da saúde explicou que, en-



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

quanto não se concluisse o processo de desapropriação do imóvel, o aluguel precisava ser pago a cada mês. Instantes depois, o edil Manoel Conceição de Almeida lamentou que faltassem vereadores à Audiência Pública, assim como que alguns dos presentes tivessem se prestado a "rasgação de seda" em relação ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, ao invés de cumprirem a atribuição de questionar o Poder Executivo em função dos interesses populares, o que julgou desrespeitoso à população, ocasião em que reclamou também de conivência da Mesa Diretora, com exceção do colega Ricardo Seidel Guimarães, para com a omissão do titular da pasta da saúde no atendimento a convocação formulada pela Casa recentemente para prestar esclarecimentos. Ao fazer uso da palavra, o vereador João Francisco Silva lamentou que a discussão houvesse fugido do tema previamente definido, o que feria o princípio da legalidade, a propósito do que advertiu que o aqodamento de edis no exercício do primeiro mandato, produto da desinformação e inexperiência, costumava resultar em votos insuficientes para a reeleição. Nesta ocasião, o edil Ricardo Seidel Guimarães perguntou desde quanto se encontrava com defeito mamógrafo utilizado em unidade móvel de saúde, ao que o titular da pasta da saúde esclareceu que esse equipamento passara por várias tentativas de reparo desde 2014, mas, como era digital, não se prestava à utilização em unidade móvel, razão pela qual seria transferido para unidade imóvel. Nesse sentido, o vereador Ricardo Seidel Guimarães disse estranhar que, embora esse equipamento se encontrasse paralisado, a Prefeitura houvesse anunciado a realização de mamografias em unidade móvel, a propósito do que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, explicou que as pacientes que vinham sendo atendidas na unidade móvel eram encaminhadas à realização da mamografia na rede conveniada. A seguir, o edil Ricardo Seidel Guimarães questionou ao titular da pasta da saúde se era verdadeiro boato sobre cancelamento de contrato de prestação de serviços de ortopedia, ao que este respondeu que não era verdadeira essa informação, após o que o vereador Ricardo Seidel Guimarães indagou se havia sido paga cobrança em atraso formulada por clínica cirúrgica, ao que o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, esclareceu que a referida clínica cometera erro na formulação da cobrança, mas já o reconhecera, de maneira que vinha sendo efetuado o pagamento devido. Ao fazer uso da palavra, o vereador Aurélio Gomes da Silva contou que os edis de oposição se encontravam bem nas pesquisas de intenção de votos, de forma que não estavam preocupados com essa questão, após o que afirmou que, como se tratava de audiência pública, eram pertinentes todos os questionamentos relativos à saúde pública, após o que perguntou se já havia sido reparado equipamento de raio-x da UPA, ao que o titular da pasta da saúde comunicou que esse serviço seria executado na tarde daquela data. Ao voltar a se pronunciar, o edil Pedro Ferreira Gomes afirmou que mantinha posicionamento político independente e respeitoso, de modo que exigia o mesmo respeito que dispensava a todos. Na sequência, o vereador Amauri Alberto Pereira de Sousa considerou equivocado responsabilizar a Mesa Diretora pela recusa de secretários municipais a atender a convocação da Casa, assim como julgava errado transferir a outrem a responsabilidade pelas próprias insatisfações, de maneira que todos os edis deveriam se relacionar com respeito. Em nova intervenção, o edil Manoel Conceição de Almeida comentou que já havia dito o contrá-



ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ

rio o colega que dissera que vereadores oposicionistas excessivamente entusiasmados não se reelegiam. Ao se manifestar, a enfermeira e diretora do HMI, Marília Carvalho, referiu-se a reclamação do presidente dessa Comissão, José Arimatheia Pereira de Castro, de que fora barrado no acesso a essa unidade de saúde para explicar que, na forma da lei, os edis tinham direito a livre acesso a órgãos públicos, mas ressaltou que esse acesso não poderia se dar de forma imediata no HMI, uma vez que, em virtude de critérios relacionados com a segurança dos pacientes e visitantes, esse acesso deveria contar com o acompanhamento do responsável por cada setor dessa unidade de saúde, onde a prioridade era o cumprimento da missão de salvar vidas. Ao voltar a fazer uso da palavra, o vereador Adhemar Alves de Freitas Júnior afirmou que competia aos edis o direito de adentrar qualquer órgão público sem prévia autorização, embora o bom senso recomendasse que o visitante se apresentasse ao responsável pelo local. Nessa perspectiva, o presidente dessa Comissão, José Arimatheia Pereira de Castro, acrescentou que, à diferença de visita, diligência poderia visar a apurar denúncia de irregularidade que poderia ser escamoteada em caso de notificação prévia. Nesta oportunidade, o edil Manoel Conceição de Almeida lembrou que havia previsão de sanção legal a quem obstasse o acesso de vereador a órgão público. Ao voltar a se pronunciar, o secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, agradeceu aos presentes pela atenção dispensada. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, José Arimatheia Pereira de Castro, agradeceu ao secretário municipal de Saúde, Alair Batista Firmiano, pela participação na Audiência, bem como aos vereadores presentes. Como nada mais houvesse a tratar, deu por encerrada a Audiência Pública e Tasso Assunção, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 13 de novembro de 2019.

José Arimatheia Pereira de Castro
Presidente

Adhemar Alves de Freitas Júnior
Primeiro vice-presidente

Carlos Hermes Ferreira da Cruz
Segundo vice-presidente

Adelino Oliveira Guimarães
Primeiro-secretário

Antonio Silva Pimentel
Segundo-secretário

Amauri Alberto Pereira de Sousa
Suplente

Zesiel Ribeiro da Silva
Suplente